

**À Prefeitura Municipal de Tangará/SC
Comissão de Licitações e Contratos**

**Ilma. Sra. Cristiane Piccinin
Pregoeira**

Ref.: Edital de Pregão Eletrônico n. 7/2024 - Processo Licitatório n. 48/2024

Prezada Senhora,

A AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF n. 03.094.629/0001-36, com sede na Rua Coronel Santiago, nº 400, Bloco 1, bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville/SC, neste ato representada por seu procurador infra-assinado, Sr. ANTONIO CARLOS LENZI GADOTTI, a fim de formular adequadamente sua proposta, conforme estabelece o art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021, encaminha nesta oportunidade **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS** a respeito do Edital em epígrafe:

1. Ausência de planilha de composição de custos

Ao analisar os documentos preparatórios da presente licitação, nota-se a ausência de uma planilha com a composição dos preços utilizados na formação do orçamento estimado, mencionada no item 9.8, que trata “Do Julgamento” e se refere à “Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração”.

A legislação vigente, especificamente no art. 18, IV, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que:

Lei n. 14.133/2021	Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação , compreendidos: (...) IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação; (grifei)
--------------------	---

Portanto, para garantir a segurança jurídica tanto para a Administração Pública quanto para o futuro contratado, é imprescindível que a Administração apresente no instrumento convocatório a planilha de composição de custos do orçamento estimado para balizar a elaboração das propostas das proponentes e, da mesma forma, exija das concorrentes, a apresentação da planilha de composição de custos das propostas, mesmo que opte por não disponibilizar um modelo a ser seguido.

Desta feita, a fim de permitir o julgamento objetivo e isonômico, a verificação da exequibilidade das propostas e, inclusive, a avaliação de eventuais pedidos de equilíbrio econômico-financeiro do futuro contratado, questiona-se:

- a) Será disponibilizada como anexo do Edital a Planilha de Composição de Custos, utilizada pela Administração para definir o Orçamento Estimado, mencionada no item 9.8?
- b) Será exigida a apresentação de planilha de formação de preço pelos licitantes em suas propostas?

2. Da data-base de reajuste e do instrumento de contrato

O Edital, no Anexo IV - Minuta da Ata de Registros de Preço, assim dispõe sobre o reajuste:

18.2 - Das Atualizações

18.2.1 - Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

O art. 15, inc. VI, c/c art. 25, inc. III, do Decreto nº 11.462/2023 que regulamenta o Sistema de Registro de Preço, estabelece que o Edital deve observar as regras gerais estabelecida na Lei de Licitações.

Decreto nº 11.462/2023	<p>Art. 15. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disporá sobre:</p> <p>(...) VI - as condições para alteração ou atualização de preços registrados, conforme a realidade do mercado e observado o disposto nos art. 25 a art. 27;</p> <p>Art. 25. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:</p> <p>(...) III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.</p>
------------------------	--

Neste sentido, observamos que a formalização de contrato é obrigatória, nos termos do art. 34 do regulamento do SRP, c/c o art. 95 da Lei de Licitações, por exclusão:

Decreto nº 11.462/2023	<p>Art. 34. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.</p>
Lei n. 14.133/2021	<p>Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:</p> <p>I - dispensa de licitação em razão de valor;</p> <p>II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.</p>

Assim, por consequência, o Contrato também deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, nos termos do art. 92, inc. V e §3º, Lei de Licitações:

Lei n. 14.133/2021	<p>Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:</p> <p>(...) V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;</p> <p>(...) § 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.</p>
--------------------	---

Entretanto, diante da ausência de minuta do contrato e omissão do instrumento convocatório a respeito da data-base do reajuste, entende-se que a data-base de reajuste será vinculada à data do orçamento estimado, em observância à legislação vigente.

Pelo exposto, questiona-se:

- Está correto o entendimento que a data-base de reajuste está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 92, inciso V, § 3º, da Lei de Licitações?
- Qual a data de referência do orçamento estimado?
- A Administração formalizará o instrumento contratual que determina o art. 34, do Decreto que regulamenta o SRP, c/c o art. 95 da Lei de Licitações?
- A minuta do contrato foi elaborada na fase preparatória e será disponibilizada em anexo ao Edital, conforme determina o art. 18, inciso VI, da Lei de Licitações?

3. Da Garantia de Proposta

No Edital é citada a *perda da garantia de proposta* no item 18.10, que trata das

Infrações Administrativas e Sanções, e no item 15.10, do Anexo IV - Minuta da Ata de Registros de Preço, conforme demonstrado a seguir:

18.10 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou aceitar após o prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 18.1.3 e 18.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata **perda da garantia de proposta** em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

15.10 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou aceitar após o prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 15.1.3 e 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da **garantia de proposta** em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

O Edital também menciona a *garantia (de execução)*, no item 15.2.9, e no item 14.2.9, do Anexo IV - Minuta da Ata de Registros de Preço, conforme segue:

15.2.9 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a

PREFEITURA DE TANGARÁ

Avenida Irmãos Piccoli, 267 - Centro Telefone: 49 3532.1522 www.tangara.sc.gov.br



**PREFEITURA
TANGARÁ**

descontar dos pagamentos devidos ou da **garantia, caso exigida**, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.2.9 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou **da garantia, caso exigida**, o valor correspondente aos danos sofridos;

Entretanto, em que pese os referidos itens do Edital e da Minuta da Ata mencionarem as garantias de proposta e de execução do contrato, pode-se concluir que nenhuma delas será exigida, pois o Edital não estabelece as condições mínimas para sua apresentação, conforme determina o art. 58, § 4º, c/c art. 96 e ss., da Lei de Licitações.

Dessa forma, questiona-se:

- a) Está correto o entendimento que não serão exigidas as garantias de proposta e de execução do contrato, e nesse caso, o Edital será retificado para evitar interpretações diversas?

4. Do Critério de Inexequibilidade

O art. 59, inc. III da Lei n. 14.133/2021 determina a desclassificação das propostas com preços inexequíveis. Para **obras e serviços de engenharia**, o art. 59, § 4º, especifica que “serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração”.

Porém, o item 8.12.1 do Edital estabelece como critério de inexequibilidade das propostas aquelas cujos valores reduzirem o valor do último lance em mais de 85%, sem amparo legal.

8.12.1 - Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 85%.

Ao fixar no edital um limite somente após o último lance, e em percentual diverso daquele definido na legislação vigente, fica comprometida a legalidade do certame e a isonomia entre os participantes, princípios essenciais das contratações públicas.

A Lei n. 14.133/2021 não se limita a prever um critério objetivo para aferição da inexequibilidade das propostas referentes a obras e serviços de engenharia (art. 59, § 4º). Mesmo atendida essa hipótese, a legislação também contempla regras que atribuem à Administração o poder-dever de promover diligências relacionadas à avaliação das propostas (art. 59, § 2º).

De modo geral, a maior parte da jurisprudência do TCU foi proferida ainda sob a égide da Lei n. 8.666/93, mas acórdãos recentes analisam questões já com enfoque nas regras da Lei n. 14.133/2021, a exemplo do acórdão citado a seguir:

Acórdão 2.198/2023

“Considerando que o **§ 4º do art. 59 da Lei 14.133/2021** estabelece que, “No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração”;
Considerando que **serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis** (art. 59, inciso III, da Lei

14.133/2021);
Considerando que, neste caso, não há que se cogitar da realização de diligências para aferir a inexecutabilidade, pois **o lance abaixo daquele percentual de 75% já é identificado pela própria Lei como inexecutável**, devendo a proposta ser desclassificada;¹ (grifei)

Diante o exposto, questiona-se:

- a) O critério de executabilidade adotado será de 75%, conforme legislação aplicável.
- b) Caso negativo, qual fundamento legal do critério de executabilidade adotado?

5. Da Habilitação Técnica

O objeto da presente licitação, como informado no item 1.1 do edital é *contratação de empresa especializada em coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviços de saúde*, sendo assim classificada como **serviço de engenharia**, nos termos do art. 6, inciso XXI, da Lei de Licitações:

Lei n. 14.133/2021

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXI - **serviço de engenharia**: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como **privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados** (...) (grifei)

Nesse sentido, a qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, ou Habilitação Técnica, como definida pelo Edital, deve seguir o disposto no art. 67, da Lei n. 14.133/2021.

Lei n. 14.133/2021

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, **devidamente registrado no**

¹ Plenário, rel. Min. Antonio Anastasia, j. 25.10.2023

conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, **regularmente emitidos pelo conselho profissional competente**, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - **prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial**, quando for o caso;

V - **registro ou inscrição na entidade profissional competente**, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (grifei)

Assim, a exigência de qualificação técnica é fundamental para assegurar que a empresa contratada possui a devida capacidade para operar os equipamentos de forma adequada. Sem o registro no Conselho, por exemplo, não há garantias de que os processos dos resíduos serão realizados de maneira correta, em conformidade com as exigências legais de controle de emissões, segurança sanitária e proteção ambiental.

Entretanto, na alínea (a), do item 10.3.4, ao exigir o registro no Conselho, restringe apenas ao *Conselho Regional de Química*, conforme demonstrado a seguir:

10.3.4 - Quanto a HABILITAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovante de **registro da empresa no Conselho Regional de Química** com responsável técnico habilitado para responder pelos serviços constantes neste edital.

O CREA, assim como o CRQ, foram instituídos para a proteção da integridade social, de modo a impedir o exercício profissional de pessoas inaptas para tanto. A Lei n. 6.839/80, complementando as leis que regulam os exercícios profissionais, determinou o registro de empresas nos órgãos de fiscalização, com a devida anotação de profissionais legalmente habilitados, toda vez que a atividade empresarial incluir atividades exclusivas destes.

O disposto no art. 7º e ss., da Lei n. 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, reclama que a exigência de Habilitação Técnica do Edital admita a participação de empresas e respectivos responsáveis técnicos com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, considerando o escopo do objeto a ser contratado:

Lei n. 5.194/1966

Art. 7º As **atividades e atribuições profissionais do engenheiro**, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada;
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;
- d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios;
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;
- f) direção de obras e serviços técnicos;
- g) execução de obras e serviços técnicos;**
- h) produção técnica especializada, industrial ou agro-pecuária.

Parágrafo único. Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.

Art. 8º As atividades e atribuições enunciadas nas alíneas a , b , c , d , e e f do artigo anterior são da competência de pessoas físicas, para tanto legalmente habilitadas.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades discriminadas nos art. 7º, com exceção das contidas na alínea " a ", com a **participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional**, assegurados os direitos que esta lei lhe confere.

Art. 9º As atividades enunciadas nas **alíneas g e h** do art. 7º, observados os preceitos desta lei, poderão ser **exercidas, indistintamente, por profissionais ou por pessoas jurídicas**.

Dessa forma, entende-se que a limitação do Edital à comprovação de registro apenas no CRQ, em detrimento do CREA, contraria a legislação aplicável e fere os princípios da contratação pública, em especial da legalidade, da isonomia e da competitividade.

Portanto, questiona-se:

- a) O Edital admitirá a participação de empresas registradas apenas no CREA, com responsável técnico habilitado para responder pelos serviços constantes neste Edital, para fins de Habilitação Técnica?
- b) Caso negativo, sob qual fundamento legal se ampara tal restrição?

6. Pesquisa de mercado para definição do valor estimado

O ETP, em seu item 5, informa sobre uma “pesquisa de preços” elaborada previamente, para determinar o orçamento estimado da presente contratação:

5. ESTIMATIVAS E GASTOS

A estimativa de utilização a seguir pressupõe as quantidades e valores máximo de utilização, sendo uma contratação através do sistema de registro de preço para fornecimento parcelado de serviços, sendo adquiridas conforme necessidade.

O impacto orçamentário previsto para a contratação é de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) para 12 (doze) meses entrando em vigo assim que a mesma seja homologada, com base na **pesquisa de preços** previa.

Item	Descrição	Médio quilo por mês	Unidade de medida
01	Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação final de Resíduos de serviços de saúde dos grupos A, B e E. (Resíduos de serviços de Saúde, com licenciamento ambiental conforme a portaria nº 194 de 26/07/2016 que dispõe sobre a obrigatoriedade de emissão de Manifesto de Transporte de Resíduos e Rejeitos - MTR, bem como varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer. CNAE: 38114/00 - Coleta de Resíduos Não – Perigosos).	Até 200 quilos/mês	Quilo

Entretanto, não foram apresentados os orçamentos e/ou valores que compõe tal pesquisa. Vale ressaltar que a legislação coloca a realização da pesquisa de mercado como condição para a contratação de obras e serviços de engenharia.

Lei n. 14.133/2021

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

(...) § 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de

engenharia, **observadas as seguintes condições:**

I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado; (grifei)

Dessa forma, questiona-se:

- a) A Administração apresentará os orçamentos e/ou valores obtidos na pesquisa de mercado, conforme exigência legal?

7. Ausência de previsão de encargos por atraso no pagamento pelo Contratante

Na análise do Edital, constatou-se a ausência de previsão acerca dos encargos devidos pela Administração Pública, em caso de atraso no pagamento das obrigações contratuais, como a incidência de juros de mora², correção monetária e multa.

Tal omissão contraria os princípios norteadores da Administração Pública, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, em especial os princípios da legalidade, eficiência, transparência e do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Além disso, o art. 92, inciso V, da referida lei determina que os contratos administrativos devem conter cláusulas que estabeleçam as condições de pagamento e, consequentemente, os encargos aplicáveis, em caso de atraso.

Lei n. 14.133/2021	Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam: (...) V - o preço e as condições de pagamento , os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento ; VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento ; (...) XIV - os direitos e as responsabilidades das partes , as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo; (grifei)
--------------------	---

² Acórdão 2897/2018-Plenário. É possível convencionar a taxa de juros moratórios a ser aplicada nos contratos para os casos de pagamentos com atraso por parte da Administração, observado o princípio da razoabilidade, porquanto a Lei 8.666/1993 não impõe o tipo de compensação financeira a ser aplicado nessas situações (art. 40, inciso XIV, alínea d, da lei). Relator Weder de Oliveira. Data da sessão 05/12/2018.

A ausência dessas disposições contratuais pode gerar insegurança jurídica e comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual, pois impede a contratada de prever adequadamente os impactos financeiros, decorrentes de eventual inadimplemento por parte da Administração.

Dessa forma, questiona-se:

- a) Os encargos devidos pela Contratante, em caso de atraso de pagamento, são aqueles admitidos pela legislação, como **juros de mora** (1% a.m., art. 63, §1º, Código Tributário Municipal); **correção monetária**, com base em índice que reflita a variação da inflação, adotada pelo Governo (IPCA, art. 2º, Lei n. 14.905/2024); e **multa** compensatória (2%)?
- b) Na hipótese da não incidência de encargos por atraso no pagamento, ou se definidos em patamares inferiores aos mencionados acima, qual a previsão legal adotada?

Diante do exposto, para que seja possível a elaboração de uma proposta hígida e exequível, requer sejam fornecidos os esclarecimentos no prazo previsto no item 11.2 do Edital e no art. 164, parágrafo único, da Lei de Licitações.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração, bem como nos colocamos à disposição para sanar eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA.
CNPJ n. 03.094.629/0001-36
ANTONIO CARLOS LENZI GADOTTI
PROCURADOR